

## APRESENTAÇÃO

*Elizabeth Madureira Siqueira\**

250 anos da criação da Capitania de Mato Grosso rememora um percurso que teve seu início há 279 anos, com a descoberta das jazidas auríferas do rio Coxipó. Em 1721, com as lavras do Sutil, o perímetro aurífero ganhou delimitação oficial, englobando, além do arraial de São Gonçalo (Coxipó), os ricos terrenos que bordejavam o córrego da Prainha: nasciam as Minas do (rio) Cuiabá. Da baixada cuiabana a saga desenhada pelos bandeirantes e sertanistas imprimiu novos contornos adentrando ao Pantanal, subindo as encostas do paredão dos Parecis, passando pelo rio Jauru e atingindo a região do Guaporé. Redesenhava-se, então, uma nova conformação geopolítica da Colônia brasileira em sua raia oeste, cujos limites imprecisos, em termos geográficos, tinham no encontro frontal das duas Coroas ibéricas a definição da fronteira real entre Portugal e Espanha. Com essa realidade, o simples limite transformava-se em fronteira, uma vez determinada pela dinâmica humana e não mais por Tratados. Fôra ela traçada pelos colonizadores que fíncaram, com sua movimentação, marcos para o esquadrinhamento de um mapa que diferenciava, sobremaneira, do perfil traçado por Tordesilhas, em vigor até 1750, ano em que fôra assinado o de Madri.

Vale lembrar que nessa movimentação, os índios povos nativos lutaram bravamente contra a invasão de seu milenar território. Certamente, a fronteira oeste teve na figura deles, marcas indeléveis de seu limite, pois, combatendo os espanhóis em suas investidas de oeste para leste e os portugueses, de oriente para o ocidente, os silvícolas, aldeados em missões jesuítas ou vivendo livremente, configuraram uma fronteira viva no sentido sul-norte, impondo o limite possível entre os impérios lusitano e espanhol.

\* Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (gestão 1998 -2000)

A Capitania de Mato Grosso criada, em 1748, no bojo desse contexto de disputa e luta, apresentava-se como a raia máxima das conquistas lusitanas em território brasileiro a ocidente, diga-se de passagem, conquista colonial preciosa, visto o desprestígio político e econômico de que gozava Portugal que, no final do século XVII, perdera grande parte de seu Império afro-asiático. Encontrou ele, mais uma vez no Brasil, porto seguro que garantiu à Coroa portuguesa transladar, em 1808, a sede do Reino para terras tupiniquins, abrigo tropical da Rainha mãe e de toda comitiva régia.

Foi no imenso território da Capitania de Mato Grosso, que abarcava das bordas do rio Pardo até o alto Guaporé, estabelecido um processo vigoroso e contínuo de ocupação e colonização que não se ateve ao século XVIII, mas que atingiu o XX. Nessas plagas foram extraídos metais preciosos - ouro e prata (séc. XVIII) -, o látex das mangabeiras, a poaia e a erva-mate (XIX). Foi também, Mato Grosso, abrigo, nesse último período e primórdios do XX, das primeiras usinas açucareiras, da pecuária e território dos saladeiros - manufaturas onde eram transformados os subprodutos bovinos.

Essa intensa movimentação econômica demandou uma infra-estrutura comercial e financeira capaz de dar suporte às transformações de base: surgem as Casas Comerciais e Bancárias. Por outro lado, o capital estrangeiro penetrou fortemente no cenário mato-grossense, seja através do grande comércio, seja pela exploração de complexos agrícolas, pastoris, ou, até mesmo com investimentos no setor da industrialização.

Mesmo tendo em Corumbá um importante porto, as terras sul pantaneiras mantiveram-se, até a segunda metade do século passado, sem marcas de colonização. O povoamento da região da Nhecolândia se deveu à ação deliberada de famílias que, de Cáceres, Livramento e Poconé, migraram para aquela região, dando início à típica população pantaneira, responsável pela reprodução, naquelas plagas, da cultura e etnia dos mato-grossenses primevos, de nobre linhagem. Ali, o guaraná ralado, a carne-seca com arroz, os quitutes matinais, sempre

acompanhados do bolo de queijo, continuaram a fazer o regalo da mesa do Pantanal.

Se a ligação de Mato Grosso com o litoral, durante o século XVIII, realizava-se através dos difíceis sistemas monçoeiros, monções do sul (Tietê -Paraguai -Cuiabá) ou monções do norte (Guaporé -Madeira -Amazonas), no século passado optou-se por uma aquavia mais ampliada e segura que, do Oceano Atlântico, adentrava pelo estuário do Rio da Prata, atingindo o rio Paraguai e, deste, o Cuiabá.

As primeiras décadas do século atual foram decisivas para traçar uma nova configuração nas comunicações de Mato Grosso que passaram das hidrovias para ferrovias e rodovias. Assim, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ligou São Paulo (Bauru) a Mato Grosso (Porto Esperança/Corumbá), redesenhando novas possibilidades de colonização em terras do antigo sul, hoje Mato Grosso do Sul. Inúmeras cidades nasceram ao longo do trajeto ferroviário e a pecuária explodiu nas regiões serranas que bordejavam o Pantanal, com expressiva presença de colonizadores vindos de Minas Gerais. Ali, a couve passada no alho, a costelinha de porco, a farinha podre e o tutu de feijão passaram a integrar a mesa daqueles mineiros que ali chegaram para ficar.

Ao norte, onde o trilho da ferrovia não chegou, a opção foi a rodovia que trouxe de outras regiões do Brasil, agricultores dispostos a povoar terras pertencentes à Amazônia mato-grossense. Vale salientar que um projeto abortado de ferrovia fôra iniciado no norte de Mato Grosso, a Estrada de Ferro Madeira - Mamoré, de triste memória.

A parte leste mato-grossense, no século atual, mereceu impulso e colonização definitiva com os garimpos diamantíferos estabelecidos, inicialmente, ao longo do rio Araguaia, atingindo, com a chegada de levadas sucessivas de migrantes, especialmente nordestismos e nortistas, terras das microbacias dos rios São Lourenço e Cuiabá. Das corrutelas garimpeiras, floresceram vilarejos que se transformaram em cidades. Essa zona diamantífera, onde o controle pelo poder era disputado palmo a palmo pelos chefes locais, ganhou fortes contornos da

expressiva cultura nordestina e nortista expressos nos bailes animados com sanfona, onde o forró, a carne-seca e a manteiga de garrafa revelavam a opção, daquele destemido povo, por Mato Grosso.

Foram essas experiências, de mais de dois séculos, responsáveis pela configuração de Mato Grosso até quase o final da década de 1970, quando ocorreu a divisão do Estado. Com ela, pode-se implementar, agora com mais vigor, o processo de colonização de sua parte norte. Levas de pequenos agricultores ou simples trabalhadores rurais deixaram terras e empregos (Sudeste e Sul), passando a desbravar territórios intocados pela atividade produtiva sistemática. De 38 municípios existentes em 1976, momento de divisão do Estado, conta hoje com 126. Dessa movimentação, dinamizada pelo incremento das Empresas de Colonização de cunho estatal ou privado, floresceu um Mato Grosso ainda mais diferenciado que ao lado do bolo de arroz, da paçoca de pilão, banana frita, peixe, bolo de queijo, couve mineira, tutu de feijão, farinha podre, manteiga de garrafa, forró e sanfona, passaram a conviver também com o chimarrão, o tererê, o fandango e com a bombacha.

Desse percurso histórico rico, visto que plural, emerge a especificidade mato-grossense, a exigir ações, antecedidas de reflexão, que levem em conta um passado povoado em sonhos, possibilidades e realizações. Assim, o mundo hoje globalizado, ao contrário do que muitos erroneamente supõem, não está sendo capaz de homogeneizar as trajetórias humanas. Ao contrário, o que se assiste, longe de negá-las, permite a emersão da história de cada pedaço do globo, num clamor coletivo pela expressão de identidades forjadas historicamente, impossíveis, portanto, de serem silenciadas.

Com a presente Revista, comemorativa aos 250 anos da criação da Capitania de Mato Grosso, homenageamos a todos aqueles, governantes e governados, que aqui viveram e vivem, construtores e sujeitos maiores da rica História mato-grossense.